

MADALENA OLIVEIRA

madalena.oliveira@ics.uminho.pt

CECS / UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

ÉCOS DA LUSOFONIA: O SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E AS REPRESENTAÇÕES SONORAS DO ESPAÇO LUSÓFONO

RESUMO

Através da música e de programas dedicados aos contextos específicos dos países de expressão portuguesa, o grupo de rádios que constitui o serviço público português deve, por requisito do contrato de concessão, refletir “a riqueza e a diversidade cultural” das comunidades africanas com relação histórica a Portugal. Para além de subentender que há temas exclusivos destas comunidades, este imperativo terá também subjacente a ideia de que o espaço da lusofonia é um espaço de identidades sonoras.

Observando genericamente a programação da Antena 1 e da RDP África, bem como o projeto online Antena 1 Lusitânia, este trabalho traduz o propósito de debater o papel do serviço público na preservação da memória e na promoção de laços de solidariedade e de afetividade histórica entre países de idioma comum. Pretende-se também compreender as dificuldades inerentes ao próprio conceito de lusofonia e discutir os desafios de uma política de comunicação não circunscrita exclusivamente ao serviço público de radiodifusão.

PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; serviço público de rádio; sonoridades; identidades;
interculturalidade

SOM, MEMÓRIA E AFETOS

Por razões que passarão em parte pelas dificuldades de registo, durante muito tempo a expressão sonora foi sendo relegada para um plano marginal no estudo das formas de comunicação. A longa tradição de comunicação oral que antecedeu os documentos escritos (e que continuou depois a acompanhá-los) esbate-se, com frequência, em sumários capítulos dos livros de história da comunicação, um viés que, apesar de

compreensível, se prolongou até hoje, com a escrita e as formas de expressão visual sempre no eixo principal do enfoque acadêmico. O próprio aparecimento de tecnologias de comunicação de base sonora – como a rádio e o telefone, por exemplo – é, na realidade, considerado mais pelas suas potencialidades de comunicação à distância e menos pelo seu suporte exclusivo no som. O mesmo se poderia, talvez, dizer dos dispositivos cada vez mais móveis de “transporte” de registos sonoros – os mini-rádios, os *walk-man* e os mp3, posteriormente em versões “integradas” de tablets e *smartphones* –, reconhecidos mais pela mobilidade que trouxeram à música, por exemplo, do que pela capacidade que representaram de contrariar o silêncio ou de requisitar, de forma mais sistemática, o ouvido como canal de contacto e produção de sentido.

As manifestações sonoras constituem, no entanto, para Lúcia Santaella, uma das três matrizes-base do pensamento e da linguagem, a par da verbal e da visual (Santaella, 2007, p. 94). Embora ao falar da sintaxe sonora e dos modos de ouvir (Santaella, 2001) a autora tenha por referência especialmente a escuta da música, é neste reconhecimento da essencialidade da linguagem sonora que radica igualmente a nossa convicção da sua singularidade enquanto significação não apenas de ideias, mas sobretudo, ou antes de mais, da relação sensitiva ao mundo. Com um especial valor rememorativo, o que ouvimos desperta sensações e, ao fazê-lo, promove conexões de sentido originais. Não obstante “a fugacidade do som que aparece para desaparecer” (Santaella, 2001, p. 82), há na linguagem sonora, na verdade, algo que a liga a substratos mais profundos da memória. É por isso que os estímulos sonoros são, muitas vezes, evocadores de estados de alma e de lembranças, como se a “evanescência sonora” de que fala Lúcia Santaella, esse presente tão efêmero do som, pudesse ser (ou talvez seja mesmo) uma das vias de regresso ao passado dos afetos.

Ainda que a consciência do poder significativo (representativo e rememorativo) do som seja muito mais recente do ponto de vista científico do que faria supor a sua precedência relativamente às linguagens formais, como a verbal, são hoje relativamente abundantes os sinais de que, direta ou indiretamente, as paisagens sonoras – termo criado em 1977 por R. Murray Shaffer (Shaffer, 1994) – são tão estruturantes da cultura e do social como tudo aquilo que se nos oferece ao olhar. É por isso que a construção de um edifício é atualmente sujeita a avaliação acústica – considerada tão relevante como a certificação energética –, do mesmo modo que se desenvolvem estratégias de *sound branding* para promoção publicitária de produtos, como “nova arena competitiva na criação e desenvolvimento de marcas” (Jackson, 2003). A própria extensão do termo sonoro como

qualificativo é sintomática de um valor hoje provavelmente irrefutável do som. Fala-se de design sonoro, de instalações sonoras, de arte sonora, de paisagens sonoras e até de terapias sonoras. Um ponto comum reunirá todas estas atividades: a ideia de que o som pode funcionar como agente ativador de memória, como mobilizador físico, intelectual e emotivo e, inclusive, como orientador das atividades quotidianas – os sons produzidos por determinados equipamentos ou produtos têm, por acidente ou por intenção, essa função de regulação das ações do dia a dia, evocando respostas que os especialistas do design sonoro de produto identificam como respostas emotivas (Özcan & Egmond, 2012).

A RÁDIO E AS IDENTIDADES CULTURAIS

Neste contexto, não espantará que a rádio enquanto meio de comunicação seja também um dos meios por onde passa uma certa responsabilidade com o património cultural e simbólico. Embora como o som enquanto linguagem também a rádio tenha uma espécie de estatuto secundário ou marginal na economia geral dos meios de comunicação modernos, a verdade é que, enquanto veículo, ela continua a estar muito presente, especialmente em algumas geografias que acompanham a passos mais lentos o desenvolvimento da comunicação digital. Pela sua acessibilidade económica e tecnológica, a rádio continua a ser um meio de grande penetração em lugares onde o acesso aos meios eletrónicos é ainda mais ou menos limitado. Por outro lado, talvez por não padecer dos “males da imagem”, a rádio é, segundo um estudo da European Broadcasting Union, o meio em que as pessoas (os europeus especialmente, mas por inferência outros públicos certamente também) mais confiam (Portugueses confiam mais na rádio e televisão do que na imprensa, 2016).

Do ponto de vista cultural, a relevância da rádio está muito vinculada à divulgação musical. No entanto, o meio radiofónico não é apenas uma caixa de ressonância orfeica. Como lembra Paula Cordeiro, num artigo publicado na revista *Comunicação e Sociedade*, a rádio “assume-se como agregador social, fomentando o estabelecimento de uma estrutura de relações” (Cordeiro, 2011, p. 116). Enquanto plataforma de comunicação, ela é, por outro lado, no conceito de Borreguero, “um dos meios mais democráticos e mais abertos à intervenção dos utilizadores” (Borreguero, 2008, p. 124), beneficiando de um novo cenário de receção sonora que a posiciona, segundo Juan José Perona, “num lugar muito vantajoso relativamente a outros meios” (Perona Páez, 2011, p. 74).

Sendo talvez “o meio mais generoso e gentil no panorama da comunicação social” (Oliveira, 2014, p. 51), a rádio é ainda um meio especialmente favorável à diversidade fonética das línguas, ao poder fazer da variedade de fonemas e sotaques um dos expoentes, a par da música, das idiossincrasias identitárias dos povos. É, aliás, curiosa – e não será acidental – a coincidência da palavra lusofonia, vulgarmente definida como a qualidade do que fala Português, com o campo das sonoridades. Remetendo para voz, som e idioma, o sufixo *fonos* “calha bem” à rádio. Daí que seja também neste meio que a questão das identidades culturais ganha particular relevância. Como sustenta Teresa Costa Alves, num artigo sobre “migrações sonoras em Português”, “a rádio, como meio de raiz sonora, representa a diversidade da língua” (Alves, 2015, p. 109), sendo “produtora e retransmissora de cultura popular” (Alves, 2015, p. 117).

Se as estações comerciais têm, por natureza, vocação para amplificar as manifestações culturais e as matizes tonais das comunidades a que estão pela cadeia de produção e receção ligadas, é nas emissoras de serviço público que se centra mais particularmente o exercício de uma política de comunicação orientada para a interculturalidade. Num artigo publicado no número inaugural da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Augusto Santos Silva e Maria José Ribeiro lembram que “o serviço público tem finalidades, obrigações e potencialidades específicas e, por comparação com os canais comerciais, adicionais” (Silva & Ribeiro, 2013, p. 185). Sendo desejável que, no seu conjunto, os média representem a pluralidade de ideias e opiniões, de expressões sociais e culturais e de interesses, nos países europeus em geral, e em Portugal em particular, é do serviço público de média que se espera efetivamente a garantia de equidade e diversidade cultural. Não devendo confundir-se com os sistemas de comunicação governamental (que representam a voz oficial do poder), é nos meios concessionários que, no caso português, se espera

ocorrer a estrita observância dos princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade, da diferenciação e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, da isenção e da independência da informação, bem como do princípio da inovação (Contrato de concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, 2015, Cláusula 4^a)

Na mesma cláusula do contrato de concessão de Serviço Público de Rádio e de Televisão, que se aplica genericamente aos meios de radiodifusão sonora e televisiva, estabelece-se que a concessionária assegura, entre

outras condições, “a promoção da cultura e da língua portuguesa e dos valores que exprimem a identidade nacional” (Contrato de concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, 2015, Cláusula 4^a, ponto 2, alínea b), sendo um dos objetivos do serviço público “promover a língua e a cultura portuguesa, a lusofonia e os princípios comuns europeus, valorizar o saber e a diversidade, contribuindo para o esclarecimento do público” (Cláusula 5^a, alínea c). A ideia da diversidade cultural está também expressa na Cláusula 6^a onde se estabelece que à concessionária incumbe, por exemplo, fornecer uma programação “que promova a diversidade cultural” e “o acesso do público às manifestações culturais portuguesas” (Cláusula 6^a, alíneas a e b). Está, na verdade, bem explícito no preâmbulo deste documento o pressuposto de que “só um serviço público de média global pode ser (...) o ‘guardião’ da diversidade da cultura e do pluralismo” (Considerando HH).

No que à rádio em particular diz respeito, para além do princípio genérico de promoção da diversidade cultural, estabelece-se especificamente no contrato de concessão a expectativa de que os serviços de programas promovam a divulgação da música portuguesa, de autores portugueses e de expressão portuguesa e de acontecimentos e iniciativas “que reflitam a riqueza e diversidade cultural” das comunidades africanas (Cláusula 16^a). O conceito de lusofonia estende-se ainda ao domínio multimédia, no âmbito do qual se espera que a concessionária desenvolva “estudos necessários ao lançamento, através da internet, de um portal da lusofonia que permita promover a cultura e a língua portuguesa no mundo” (Cláusula 17^a, ponto 4). Não sendo um exclusivo do meio rádio, a lusofonia pode, assim, ser reconhecida como uma das lajes estruturantes do serviço público de média português.

AS “FONIAS” DE ALMA LUSA

Organizada em oito serviços de programas de emissão hertziana – Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Madeira Antena 1, RDP Madeira Antena 3, RDP Açores, RDP África e RDP Internacional –, a rádio pública portuguesa sustenta ainda seis projetos exclusivamente online: a Antena 1 Lusitânia, a Antena 1 Vida, a Antena 1 Fado, a Antena 1 Memória, a Antena 2 Ópera e a Rádio Zig Zag. Na programação Antena 1, o serviço de programas generalista, são identificáveis traços da responsabilidade atribuída à concessionária com a cultura de expressão portuguesa, distinguindo-se, por exemplo, os seguintes programas: *Bairro latino*, um programa que se define como uma “série semanal com destaque musical dos nossos vizinhos de

língua, irmãos de cultura e cúmplices de atitude”; *Fala Brasil*, uma série de episódios feita por “escritores com uma paixão comum pelo Brasil”; *Jogo da língua*, apresentado como uma “série com episódios diários em que se desafia os ouvintes sobre língua portuguesa”; e *Vozes da Lusofonia*, um programa em que “poetas, músicos e intérpretes se sentam semana a semana” com o responsável da emissão, Edgar Canelas.

Já na RDP África, que também emite o programa *Vozes da Lusofonia*, são vários os programas por onde ecoa igualmente o espírito da lusofonia que atravessa o texto do contrato de concessão de serviço público. Produzidos nalguns casos a partir dos países africanos de língua portuguesa, estes programas misturam na antena da estação as diferentes variantes sonoras do Português, constituindo uma espécie de polifonia linguística. Para além dos serviços de informação que veiculam notícias do espaço lusófono de Portugal e do continente africano, a programação é composta por um conjunto de conteúdos que exprimem na sua designação uma certa vocação para revelar essa espécie de alma lusa. Em *A nossa terra*, por exemplo, apresentam-se histórias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Por outro lado, em *África Eléctrica*, descobrem-se sons produzidos na década de 70. Nos géneros de Artes e Cultura, *Nossas Vozes* é um programa dedicado à língua e à cultura, “nas diferentes formas de escrever e falar o Português”². Também neste género, *Grandes Africanos* apresenta-se como um “espaço dedicado à história dos PALOP (com biografia de nomes relevantes da história dos PALOP)”³. Com emissões semanais dedicadas a Moçambique, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, *Sons e ritmos* é, como o próprio nome sugere, um programa marcado por sonoridades características de cada um destes países. Também as histórias de africanos na diáspora passam pela programação da RDP África, num espaço sugestivamente intitulado *Afrikaká*. Tónica semelhante tem o programa *Diáspora*, dedicado ao “retrato das atividades das comunidades africanas espalhadas pelo mundo” e atento ao “trabalho das associações e às iniciativas dispersas de promotores de eventos”⁴. *Debate africano* é, no género opinião, um espaço dedicado à “troca de ideias, debate e comentário, um espaço para analisar os factos da semana em África e no mundo”⁵. Emitido ao fim de semana, *Clube latino* define-se como

¹ Ver <http://www.rtp.pt/play/programas>

² Ver <http://www.rtp.pt/play/programas/2708>

³ Ver <http://www.rtp.pt/programa/radio/p6005>

⁴ Ver <http://www.rtp.pt/programa/radio/p6293>

⁵ Ver <http://www.rtp.pt/programa/radio/p1993>

um espaço musical, “dedicado aos ritmos latino-americanos, nas escolhas semanais do DJ Carlos Pedro”⁶.

Com forte propensão para a emissão de música – missão explícita da Antena 1 Lusitânia –, embora também para a informação, os conteúdos de marca lusófona difundidos pela Antena 1 e pela RDP África serão, no entanto, uma expressão muito ténue de lógicas de cooperação com outras emissoras públicas. Da análise das grelhas de programação das rádios públicas portuguesas não resultam evidentes traços de articulação com a Rádio Nacional de Angola ou com a Rádio Nacional de Moçambique, duas emissoras de relevo no contexto destes países. É, ainda assim, na reunião de contributos que explicitamente têm origem em colaborações com profissionais dos outros países que o serviço público de rádio português se manifesta como um projeto de representações sonoras do espaço lusófono.

O DESAFIO DA INTERCULTURALIDADE SÓNICA

Podendo exprimir-se de modos muito diversos, das artes plásticas à literatura, passando necessariamente pela música, a chamada cultura lusófona – que radica principalmente na partilha do Português como idioma de expressão – identifica-se por elementos visíveis, como os símbolos, as cores e as paisagens. Seria, no entanto, lacunar se silenciasse a melodia que há nas palavras, nas vozes e nos ambientes sociais de que se faz a interculturalidade que fala a língua portuguesa. Seria, na verdade, negligente se emudecesse essas sonâncias muito expressivas de modos de viver e de sentir.

A um tempo que vive em regime de hipervisibilidade, em sobreexposição às imagens e sujeito a um efeito de naturalização do visual (Gratim, 2007, p. 190), parece ser adióforo o tempo do ouvido. No entanto, é também na escuta que se experimenta a diversidade cultural, o conforto da semelhança e a surpresa da diferença. Se a algum nível faz hoje sentido defender a vitalidade dos meios sonoros – da rádio e das suas derivações no ciberespaço –, é em boa medida por ser ainda aí que o exercício de ouvir escapa a uma espécie de tirania do olhar.

Ainda que a defesa das representações sonoras do espaço lusófono possa estar ferida do que se sugere ser o “equivoco lusocêntrico” (Macedo, 2015), que o Brasil seja ainda um país continental que olha pouco para fora de si e que os países africanos sintam um certo complexo de inferioridade ou subordinação histórica ao colonizador, com dificuldades adjacentes de

⁶ Ver <http://www.rtp.pt/programa/radio/p3164>

afirmar as suas identidades mais locais, há uma promessa de experiência afetiva nessa sonosfera de reverberação lusófona. É neste argumento que pode sustentar-se também a apologia do serviço público de radiodifusão, que Augusto Santos Silva e Maria José Ribeiro entendem poder ser um “recurso cultural – designadamente no âmbito das políticas públicas para a cultura” (Silva & Ribeiro, 2013, p. 203). Mas é também neste contexto que será defensável o desenvolvimento de políticas de comunicação orientadas para a cooperação entre os meios de comunicação pública dos diversos países, a extensão do investimento ao Brasil – afinal o maior país do espaço lusófono – e a promoção de iniciativas comunitárias como bolsas de interculturalidade, de que a Rádio Ás (projeto já extinto, que reuniu os municípios de Aveiro – Portugal, Santa Cruz – Cabo Verde e São Bernardo do Campo – Brasil) foi apenas um exemplo tímido (Jedrzejewski & Oliveira, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, T. C. (2015). Migrações sonoras em Português: representações culturais da diáspora portuguesa na rádio brasileira. *Comunicação e Sociedade*, 28, 109-128. DOI: 10.17231/comsoc.28(2015).2273
- Borreguero, M. (2008). *Nuevas perspectivas sobre los generos radiofónicos*. Madrid: Editorial Fragua.
- Contrato de concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão. (6 de março de 2015). Lisboa.
- Cordeiro, P. (2011). A rádio como meio social: tendências de consumo e modelos de negócio. *Comunicação e Sociedade*, 20, 115-128. DOI: 10.17231/comsoc.20(2011).886
- Gradim, A. (2007). O que pedem as palavras. *Comunicação e Sociedade*, 12(Tecnologia e figurações do humano), 189-200. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1104
- Jackson, D. M. (2003). *Sonic branding: an introduction*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Jedrzejewski, S. & Oliveira, M. (2014). Getting listeners involved: community radio and the empowerment of the audience. In T. Bonini & B. Monclús, *Radio audience and participation in the age of network society* (pp. 252-263). Londres: Routledge.

- Macedo, L. (2015). Da necessidade de desconstrução do “equivoco lusocêntrico”. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 153-176). Famalicão: Húmus.
- Oliveira, M. (2014). Colónias do som. O papel da rádio na expressão sonora das lusofonias. *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp. 50-55). Aveiro/Braga: Programa Doutoral em Estudos Culturais.
- Özcan, E. & Egmond, R. v. (2012). Basic semantics of product sounds. *International Journal of Design*, 6(2), 41-54.
- Perona Páez, J. J. (2011). A rádio no contexto da sonosfera digital: perspectivas sobre um novo cenário de recepção sonora. *Comunicação e Sociedade*, 20, 63-72. DOI: 10.17231/comsoc.20(2011).883
- Portugueses confiam mais na rádio e televisão do que na imprensa. (23 de agosto de 2016). *Público*, p. 10.
- Santaella, L. (2001). *Matrizes da linguagem e do pensamento. Verbal. Sonora. Visual. Aplicações na hipermídia*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Santaella, L. (2007). As linguagens como antídotos ao midiacentrismo. *MATRIZES*, 1, 75-97.
- Shaffer, R. M. (1994). *The soundscape. Our sonic environment and the tuning of the world*. Rochester: Destiny Books.
- Silva, A. S., & Ribeiro, M. J. (2013). O serviço público de comunicação social como recurso da política cultural. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 1(1), 183-205.

Citação:

Oliveira, M. (2018). Ecos da lusofonia: o serviço público de rádio e as representações sonoras do espaço lusófono. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 388-396). Braga: CECS.